

O ESTADO NOVO
E O CONTROLO (TITUBEANTE)
DA IMPRENSA COLONIAL
EM MOÇAMBIQUE.
OS PERÍODOS ELEITORAIS,
A PROPAGANDA POLÍTICA
E A OPOSIÇÃO AO SALAZARISMO
(1945-1958)

Fernando Tavares Pimenta

*Instituto de História Contemporânea da Universidade
Nova de Lisboa.*

*O IHC é financiado por fundos nacionais através
da FCT, Fundação para a Ciência e a Tecnologia,
I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020 e
UIDP/04209/2020.*

Introdução

Este texto coloca em perspectiva o posicionamento da imprensa colonial moçambicana durante os períodos eleitorais no Estado Novo, nomeadamente entre 1945 e 1958. Instrumento privilegiado de difusão da propaganda eleitoral, a imprensa jogou um papel muito significativo na formação da opinião pública em Moçambique, em especial entre a minoria da população com direitos de cidadania. Tal como iremos demonstrar, apesar da existência de condicionamentos à liberdade de imprensa, desde logo representados pela censura, a imprensa colonial esteve longe de ser controlada de forma eficaz pelo Estado Novo. Pelo contrário, a imprensa foi amiúde o porta-voz dos interesses, das denúncias e das aspirações da oposição democrática nas colónias, com claras consequências sobre a opinião pública colonial, particularmente durante os períodos eleitorais.

Muito embora possamos mencionar vários títulos, por exemplo o *Diário de Moçambique*, da diocese da Beira, optámos por nos concentrar na análise do principal periódico de Moçambique, o jornal *Notícias*, editado na capital, Lourenço Marques, actualmente Maputo. Este jornal foi fundado em 15 de Abril de 1926 pelo Capitão Manuel Simões Vaz¹, homem da direita republicana e

1. Manuel Simões Vaz desempenhou várias funções na administração colonial de Moçambique, tendo sido, por exemplo, vogal

maçon, apoiante do General Óscar Fragoso Carmona, mas não de Salazar. Até à primeira metade da década de 1960, Manuel Simões Vaz imprimiu um cunho muito pessoal à respectiva linha editorial. Podemos dizer que Manuel Simões Vaz fazia a ponte entre o regime e os sectores moderados da oposição. Nunca integrou o grupo da oposição democrática, mas convivia e era amigo de muitos dos seus líderes, dando-lhes inclusivamente espaço no seu jornal para exporem as suas ideias. E, em 1945, liderou os festejos pela vitória dos Aliados na 2.^a Guerra Mundial. Por várias vezes criticou por escrito as ineficiências da administração colonial, denunciando erros e apontando possíveis soluções para os problemas de Moçambique. Enquanto “velho colono”, considerava que a minoria branca constituía o cerne da colónia e o motor do seu desenvolvimento económico, social e cultural. Na sua perspectiva, os colonos eram os principais construtores da colónia, senão mesmo a colónia em si, entendida no sentido original – e essencial – do termo, pelo que defendeu o progresso da colonização portuguesa. Lutou assim pela defesa dos interesses dos colonos brancos, usando para o efeito o jornal *Notícias*². Neste

do Conselho do Governo e, mais tarde, vogal do Conselho Legislativo. Foi igualmente Presidente da Câmara de Comércio e vogal do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro de Moçambique.

2. Na década de 1960, ao fim de meio século de permanência em Moçambique, Manuel Simões Vaz retirou-se para a metrópole por motivos de

sentido, *Notícias* assumiu-se como o porta-voz das aspirações e dos interesses dos colonos brancos em Moçambique, mantendo-se em linha com o pensamento do seu director e proprietário, Manuel Simões Vaz. Claramente, a censura procurou de alguma forma interferir na linha editorial do jornal, contendo as manifestações mais críticas em relação à administração colonial. E períodos houve em que conseguiu esse objectivo, ainda que só parcialmente. Mas, enquanto Manuel Simões Vaz foi director, o jornal nunca perdeu por completo a sua autonomia, nem o seu sentido crítico³.

doença, vindo a falecer pouco depois. Seguiu-se então um processo de “estatização” do *Notícias*, que ficou concluído em 1967, quando o Banco Nacional Ultramarino se tornou no seu principal accionista. Sobre a imprensa em Moçambique veja-se: Ilídio Rocha, *A imprensa de Moçambique. História e catálogo (1854-1975)*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.

3 Para uma perspectiva diferente da nossa, que tende a sublinhar o alinhamento precoce do *Notícias* com o regime, veja-se: Isadora de Ataíde Fonseca, *A imprensa e o império na África Portuguesa, 1842-1974*. Lisboa: Tese de Doutoramento em Sociologia da Cultura apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2014, pp. 242-253.

Eleições para a Assembleia Nacional de 1945

Pela sua proximidade geográfica e fortes ligações económicas, culturais e até políticas à União Sul-Africana, uma das potências vencedoras da guerra, a sociedade colonial moçambicana gozou sempre de uma maior liberdade de acção relativamente ao resto da África Portuguesa. Isto mesmo era evidente no campo da imprensa. De facto, a imprensa sul-africana circulava livremente nas principais cidades de Moçambique, o que constituía um estímulo a uma maior autonomia por parte da imprensa moçambicana, fosse ela em português, fosse ela em inglês. Por sua vez, as autoridades coloniais percebiam a inutilidade de um controlo apertado da imprensa local por parte da censura, uma vez que a informação tida por “subversiva” podia à mesma circular através da imprensa sul-africana. Houve, contudo, períodos de maior abertura política e outros de maior controlo e silenciamento.

Os primeiros anos subsequentes ao final da 2.^a Guerra Mundial foram precisamente um desses momentos de maior abertura, tendo a imprensa moçambicana conhecido um grau notável de liberdade de expressão, mais ainda do que em Angola. Isto mesmo fica patente no editorial do jornal *Notícias*, de 8 de Maio de 1945. Nesse dia, o *Notícias* deu à estampa uma edição especial dedicada à vitória das potências aliadas, que comemorou efusivamente e,

em tom grandiloquente, augurou para o mundo inteiro uma era de “Paz, Liberdade, Justiça, Abundância e Progresso!”.

Nos meses seguintes, as autoridades portuguesas permitiram à oposição moçambicana desenvolver livremente as suas actividades políticas, usando para o efeito as páginas do *Notícias*, em especial durante a campanha para as eleições para a Assembleia Nacional de 1945. Nessas eleições, a oposição democrática na colónia movimentou-se publicamente no sentido de se constituir em organização política no âmbito do Movimento de Unidade Democrática. Assim, no dia 8 de Outubro, a oposição entregou um requerimento ao Governador-Geral pedindo um esclarecimento sobre a existência ou não de “liberdade política”, nomeadamente se estavam garantidas “a liberdade de reunião e a de livre expressão de pensamento pela imprensa e pela rádio a todos os cidadãos, sem distinção de raças, ideias políticas ou crenças religiosas”⁴. Paralelamente, na imprensa, Sobral de Campos procedeu à mobilização política da população com escritos sobre as eleições e as liberdades democráticas, por exemplo os artigos “Eleições” (de 3 de Outubro), “Liberdades Essenciais” (de 10 de Outubro) e “Liberdade de Imprensa” (de 12 de Outubro).

4. *Notícias*, n.º 5.912, 13 de Outubro de 1945, p. 1. *Notícias*, n.º 5.919, 22 de Outubro de 1945, p. 1.

Na verdade, o *Notícias* deu ampla cobertura a todas as actividades dos democratas moçambicanos, nomeadamente à reunião oposicionista de 20 de Outubro de 1945, em Lourenço Marques, no salão do Ate-neu Grego. Esta reunião envolveu cerca de mil pessoas, entre as quais várias mulheres. *Notícias* concedeu-lhe a totalidade da primeira página de 22 de Outubro de 1945. Mas toda a campanha eleitoral da oposição, tanto na capital da colónia, como nas demais cidades foi acompanhada ao pormenor pelo jornal *Notícias*, sendo transcritas as críticas, comunicados e propostas dos oposicionistas, não havendo vestígios de actividade censória. De referir que a União Nacional não realizou campanha na colónia, limitando-se a apresentar uma lista com os candidatos.

Porém, finda a campanha eleitoral, a censura actuou no sentido de refrear – e de silenciar, pelo menos em parte – a oposição. Aos oposicionistas, como por exemplo Alexandre Sobral de Campos, foi permitida a continuação de uma significativa intervenção na imprensa, na qualidade de publicistas, mas os artigos publicados por esses democratas passaram a versar sobre a situação política internacional, não lhes sendo consentido escrever sobre a política nacional. Esta actividade moderada da censura manteve-se ao longo de 1946, 1947 e 1948.

Por outro lado, não temos conhecimento da existência de prisões ou de outro

tipo de retorsões em relação à oposição moçambicana no período imediatamente após as eleições de Novembro de 1945. Esta “brandura” do regime para com a oposição na colónia pode estar relacionada com o facto do Estado Novo não querer abrir uma brecha no relacionamento com a comunidade branca, pois isso resultaria num enfraquecimento da autoridade portuguesa perante a maioria colonizada. Para a administração portuguesa, a existência de uma oposição eleitoral ao regime salazarista não constituía em si um problema, desde que essa estivesse devidamente controlada e, sobretudo, desde que não colocasse em causa a continuidade da soberania portuguesa em Moçambique. Ora, durante a campanha eleitoral a oposição nunca colocou em causa a dominação colonial portuguesa em Moçambique, nem sequer discutiu as inúmeras problemáticas decorrentes de uma administração ineficiente e incapaz de promover o desenvolvimento económico e social do território; tão pouco denunciou a exploração da mão-de-obra barata africana e os problemas que afectavam a população indígena. Isto porque, pelo menos por enquanto, a maioria dos democratas movia-se politicamente num contexto de oposição ao salazarismo, mas não de ruptura com o colonialismo português. Facto que poderá eventualmente explicar uma certa “tolerância” das autoridades coloniais para com a oposição.

Eleições Presidenciais de 1949

Tudo isto se modificou durante a campanha para as eleições para a Presidência da República de Fevereiro de 1949, na qual participaram o Marechal Carmona, pelo regime, e o General Norton de Matos, pela oposição à ditadura. Em Moçambique, a candidatura de Norton de Matos teve um amplo destaque na imprensa. Norton de Matos era considerado “um patriota dos mais firmes e decididos” e um defensor da continuação da presença colonial portuguesa em África. Tinha por isso o respeito da generalidade dos colonos, mesmo dos sectores mais conservadores e próximos do regime⁵. A campanha eleitoral teve início a 5 de Janeiro de 1949 com um comunicado da Comissão Central dos Serviços de Candidatura da Colónia de Moçambique de Apoio a Norton de Matos. A Comissão era composta por António Sousa Neves, Filipe Ferreira, João António de Carvalho, José Santa Rita e Maria Sofia Pomba Guerra. Nesse comunicado, essa Comissão apelou a todos os “democratas e portugueses residentes em Moçambique” para que apoiassem o “grande colonialista e homem público senhor General Norton de Matos, organizando em sua volta um amplo movimento de Unidade Nacional”⁶. No dia seguinte, *Notícias* publicou um telegrama do General Norton de Matos de saudações

à população de Moçambique. E, a 7 de Janeiro, a Comissão de Candidatura de Norton de Matos em Moçambique exigiu: a) abolição da censura à imprensa; b) liberdade de reunião e de expressão; c) o acesso da oposição aos cadernos eleitorais; d) a participação dos democratas nas mesas eleitorais e na fiscalização das urnas⁷. Em resposta, o Governador-Geral refutou publicamente as acusações dos democratas, nomeadamente a existência de censura à propaganda da oposição⁸. Efetivamente, a oposição parecia mover-se com grande liberdade na colónia, usando as páginas do *Notícias* para divulgar a sua propaganda política.

Por outro lado, foi notória uma certa radicalização do discurso político da oposição democrática em Moçambique. A este respeito, no jornal *Notícias* sucediam-se os artigos favoráveis ao candidato da oposição, sendo especialmente contundentes os de Sofia Pomba Guerra. Por exemplo, no artigo “O movimento da Oposição está em marcha”, publicado em 14 de Janeiro de 1949, Sofia Pomba Guerra fez uma denúncia veemente da ditadura salazarista, com alusões a Mussolini e a Hitler, ao mesmo tempo que manifestou a sua crença na vitória da democracia em Portugal⁹. *Notícias* deu também ampla cober-

5. *Notícias*, n.º 6870, 17 de Dezembro de 1948, p. 1.

6. *Notícias*, n.º 6.887, 5 de Janeiro de 1949, p. 1.

7. *Notícias*, n.º 6.889, 7 de Janeiro de 1949, p. 3.

8. *Notícias*, n.º 6.894, 12 de Janeiro de 1949, p. 1.

9. *Notícias*, n.º 6.896, 14 de Janeiro de 1949, p. 1. De referir que em Outubro de 2018 foi realizada

tura à primeira sessão da oposição que teve lugar no Teatro Manuel Rodrigues, em 20 de Janeiro de 1949. Com a sala completamente cheia e perante uma assistência composta por brancos e por alguns mestiços, Sobral de Campos leu um telegrama de saudação de Norton de Matos¹⁰. Mas foi o discurso de Sofia Pomba Guerra que provocou maior entusiasmo entre a assistência. Sofia Pomba Guerra denunciou as difíceis condições de vida da maioria dos portugueses, em especial dos trabalhadores rurais e das mulheres. No caso específico de Moçambique, analisou a situação do comércio e da indústria na colónia, denunciando os problemas que afectavam a população no seu conjunto. Por fim, focou a questão do indigenato, realçando que em cinco milhões de negros, só 1800 tinham o estatuto de civilizados. E, de forma desassomburada, afirmou:

*“A vida do indígena moçambicano pode descrever-se, então, com trágica simplicidade e em bem poucas palavras: ignorância, pobreza e doença, ou até numa palavra só: miséria”*¹¹.

uma homenagem a Sofia Pomba Guerra na Casa do Alentejo em Lisboa. E, em 30 de Novembro de 2018, decorreu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto a 4.ª Conferência CEAUP, intitulada *Sofia Pomba Guerra: uma antifascista portuguesa na luta anti-colonial*, por Carlos Lopes Pereira e Luís Carvalho.

10. *Notícias*, n.º 6.899, 17 de Janeiro de 1949, p. 1; *Notícias*, n.º 6.904, 22 de Janeiro de 1949, p. 1.

11. *Notícias*, n.º 6.906, 24 de Janeiro de 1949, pp. 1 e 4.

No fim do discurso, a sala aplaudiu de pé Sofia Pomba Guerra.

A intervenção de Sofia Pomba Guerra reflectia a transformação operada no posicionamento dos democratas moçambicanos relativamente à ditadura colonial de Salazar. E, pela primeira vez, a oposição focou publicamente e de forma crítica a situação de subalternidade económica, social e política da população indígena, responsabilizando por esse facto a governação salazarista. Ora, se é verdade que nem todos os oposicionistas estariam preparados para assumir essa posição, o facto é que pelo menos uma componente, a que podemos chamar mais “radical”, passou a afrontar criticamente a política colonial do Estado Português, nomeadamente do que dizia respeito à questão do indigenato. A oposição tocava assim num dos fundamentos da dominação portuguesa, colocando a nu quer a discriminação de que era vítima a maioria negra, quer o fracasso da política de assimilação.

Paralelamente, na imprensa, a Juventude Democrática de Moçambique denunciou de forma veemente a subalternização dos interesses da colónia a favor da metrópole, tendo para o efeito publicado uma “Carta aberta aos jovens de Moçambique”. Este documento criticou severamente a actividade monopolista da metrópole, contrária ao desenvolvimento de Moçambique, e defendeu acerrimamente a democracia e a liberdade¹².

12. *Notícias*, n.º 6.907, 25 de Janeiro de 1949, p. 1.

Tornava-se assim claro a assunção de uma postura crítica por parte de alguns democratas em relação às estruturas de dominação colonial. Como tal, estes democratas deixaram de se mover num contexto de mera oposição à ditadura salazarista, para assumir uma posição de declarado contraste às iniquidades do colonialismo português em Moçambique. Porventura, podemos ver aqui o despontar de uma imberbe consciência nacionalista.

No entanto, as autoridades coloniais ficaram indiferentes a esta alteração do discurso por parte da oposição democrática relativamente a 1945. Assim, o discurso de Sofia Pomba Guerra provocou uma forte reacção das autoridades portuguesas. Como tal, muito embora o Governo-Geral tivesse permitido a realização de outras sessões da oposição, o facto é que a censura começou a restringir a publicação de notícias sobre a campanha democrática, impedindo a reprodução de grande parte dos discursos dos líderes democráticos.

Para além disso, as eleições de 1949 foram seguidas por um período de acentuada repressão política e policial sobre a oposição. De facto, o Governo-Geral decidiu actuar com particular veemência contra a oposição, tendo lançado uma vasta operação de detenção dos membros mais proeminentes da oposição. As prisões aconteceram em Setembro de 1949, pouco antes das eleições para a Assembleia Nacional, marcadas para 13 de Novembro de 1949, tendo suscitado uma forte apreensão no seio da população branca. Foram presos

vários intelectuais moçambicanos, na sua maioria brancos e mestiços, entre os quais: Rui Knofli, Ricardo Rangel, João Mendes, bem como o advogado Henrique Beirão, e a sua dactilógrafa, o engenheiro Norberto Sobral de Campos e a farmacêutica Sofia Pomba Guerra. Vários destes democratas foram deportados para Portugal e julgados em Tribunal Plenário em 1950.

Claramente, estas prisões e, duma forma geral, a repressão desestruturou o movimento oposicionista na colónia. Durante anos a oposição não tornou a “levantar a cabeça”, nem sequer nos períodos eleitorais. Por sua vez, a censura apertou o seu controlo sobre a imprensa, obrigando ao afastamento de alguns publicistas do campo democrático. Neste sentido, o jornal *Notícias* perdeu conteúdo político e deixou de contar com a colaboração de elementos da oposição, em especial Alexandre Sobral de Campos¹³.

Eleições Presidenciais de 1958

No entanto, a partir de 1957 assistiu-se de novo a um recrudescimento da actividade oposicionista em Moçambique, com a participação do jornal *Notícias*. Por exemplo, durante a campanha para as eleições para a Assembleia Nacional de 3 de Novembro de 1957, o *Notícias* teceu ele próprio algumas

13. *Notícias*, n.º 7.859, 26 de Junho de 1951, p. 1.

críticas à governação colonial, denunciando os erros cometidos pela administração colonial, nomeadamente a “ausência de infra-estruturas básicas em Moçambique”, dando como exemplo a falta de água potável em Quelimane. *Notícias* criticou também a não existência de ensino universitário na África Portuguesa, em especial em Moçambique, reivindicando a sua criação o mais depressa possível¹⁴. E afirmou que “havia pessoas que não estavam à altura dos cargos que ocupavam”, numa clara alusão à má gestão de alguns responsáveis pela administração colonial¹⁵. No fundo, o jornal fazia eco do mal-estar político existente no seio da sociedade colonial moçambicana. Mal-estar motivado pelas ineficiências da governação portuguesa, pelos entraves ao desenvolvimento económico e social da colónia, pela ausência de liberdade e de democracia, pela repressão política, etc.. Paralelamente, em 31 de Outubro de 1957, *Notícias* publicou na íntegra um “manifesto” do oposicionista metropolitano Cunha Leal, no qual se propunha a instituição de um “sistema federal ou confederal” para o Ultramar Português.

As críticas ao regime salazarista continuaram em 1958. De resto, as eleições presidenciais de 1958 foram antecedidas pela publicação de dois veementes artigos de profunda crítica à governação colonial salazarista por parte de

14. *Notícias*, n.º 10.065, 12 de Outubro de 1957, p. 1.

15. *Notícias*, n.º 10.085, 1 de Novembro de 1957, p. 1.

Manuel Vaz, director do *Notícias*. No primeiro desses artigos, intitulado “A Tripeça”, Manuel Vaz afirmou categoricamente que o desenvolvimento do Ultramar “*tem sido lento, cheio de falhas, de incompreensões e de fracassos*”, responsabilizando por isso a política prosseguida nos últimos anos pelo governo português. Manuel Vaz classificou essa política de “*erro gravíssimo*”, pois partia de “*princípios inaplicáveis, de ideias falsas, de conceitos errados*”. Por isso, considerava imperiosa uma mudança de política para que o “*Ultramar português se desenvolva e prospere em pouco tempo, acompanhando assim o ritmo em que os territórios circunvizinhos estão progredindo*”. Manuel Vaz deixava o alerta: “*se não se arrepiar caminho e depressa, em breve estaremos caídos num beco sem saída*”¹⁶.

Mas que “caminho” seria esse? O director do principal periódico moçambicano não tinha dúvidas: a autonomia da colónia, pelo menos no campo económico e financeiro. E, num tom acusatório, denunciou o carácter pernicioso e incompetente do centralismo de Lisboa. A título de exemplo, Manuel Vaz referia a excessiva carga fiscal, em especial a sisa, que recaía sobre a população da colónia, “*como se houvesse a intenção de esmagar, de aniquilar todas as actividades de Moçambique e reduzir à miséria todos os que aqui vivem e trabalham*”. Por isso, era muito forte o descontentamento da população em relação à governação; um descontentamento

16. *Notícias*, n.º 10.264, 7 de Maio de 1958, p. 1.

acumulado, reprimido, mas prestes a rebentar. Daí o desabafo do velho colono: “*é tanto o que conservamos, desde longos anos, acumulado e represado dentro de nós...*”. E Manuel Vaz não falava só por si, mas pela Província de Moçambique, ou melhor pelo conjunto dos colonos, tal como bem especificou: “*Quando dizemos a Província de Moçambique queremos dizer a sua seiva, a seiva constituída por aqueles que aqui labutam, que aqui empregam o seu esforço e os seus dinheiros, que aqui têm trabalho permanente com que ocorrem à manutenção das suas famílias*”¹⁷.

Os artigos de Manuel Vaz prepararam politicamente o terreno para a campanha eleitoral da oposição. A este respeito, *Notícias* mostrou-se “inteiramente aberto” à publicação da propaganda da oposição, dando grande destaque à candidatura independente de Humberto Delgado. Logo a 9 de Maio de 1958, o jornal noticiou, em primeira página, a “Proclamação do General Humberto Delgado a todos os portugueses da Metrópole e do Ultramar”, publicando também uma circular dessa mesma candidatura, elaborada no Porto e enviada a um conjunto lato de órgãos de imprensa¹⁸. E, a 11 de Maio, *Notícias* divulgou de forma entusiástica as declarações

17. *Notícias*, n.º 10.264, 7 de Maio de 1958, p. 7. Manuel Vaz prosseguiu a sua crítica à gestão colonial portuguesa, em especial no campo da política fiscal, em “A Tripeça II”, publicado dois dias depois, a 9 de Maio de 1958. *Notícias*, n.º 10.266, 9 de Maio de 1958, p. 1.

18. *Notícias*, n.º 10.266, 9 de Maio de 1958, pp. 1 e 14.

e promessas feitas por Humberto Delgado relativamente à democratização do país e à demissão de Salazar¹⁹.

A partir de 13 de Maio de 1958, *Notícias* criou uma rubrica denominada *Pontos de Vista*, que permitia a expressão de opiniões contraditórias, uma favorável à candidatura de Américo Tomaz e a outra a favor dos candidatos da oposição. Foram assim entrevistadas várias figuras ligadas à política local, tanto da situação, como da oposição. Esta rubrica permitiu, pela primeira vez, um verdadeiro confronto de ideias, algo inédito na imprensa da colónia. Entre os entrevistados, merece especial destaque o advogado oposicionista José Santa Rita, que defendeu alterações profundas à política colonial no sentido de uma maior descentralização administrativa, reforço dos poderes dos órgãos administrativos provinciais e, porventura, uma restauração do regime dos Altos-Comissariados da 1.ª República. Santa Rita criticou ainda o excessivo proibicionismo da governação salazarista, responsável pelo “atrofiamento da economia moçambicana”²⁰.

19. *Notícias*, n.º 10.268, 11 de Maio de 1958, p. 1.

20. *Notícias*, n.º 10.278, 21 de Maio de 1958, pp. 1 e 7. De referir que esta relativa liberdade de expressão na imprensa poderá ter sido proporcionada pela ausência do Governador-Geral de Moçambique, Comandante Gabriel Teixeira, que regressou à colónia somente no dia 30 de Maio de 1958. Essa ausência poderá ter contribuído para um afrouxamento da censura.

Notícias acompanhou de forma meticulosa a actividade da comissão de candidatura de Humberto Delgado em Moçambique, noticiando a realização de várias sessões de propaganda, algumas com muitas centenas de participantes, e reproduzindo os discursos dos principais líderes da nova geração de oposicionistas na colónia, entre os quais o advogado Almeida Santos. Vale a pena acompanhar de forma pormenorizada a campanha oposicionista, de forma a perceber o grau de “envolvimento” da imprensa no processo eleitoral, pois, através de uma ampla cobertura jornalística, a imprensa contribuía para a erosão da base de apoio do regime da colónia. Vejamos.

Desde logo, importa referir que, contrariamente ao que aconteceu em 1949, não houve lugar à constituição de uma comissão central da oposição na colónia, mas sim à formação de diferentes comissões oposicionistas autónomas entre si. Assim, foi na cidade da Beira que a oposição primeiramente se organizou, com a criação de uma “Comissão de Propaganda Eleitoral de Apoio à Candidatura do Gen. Humberto Delgado em Manica e Sofala”. Com sede no gabinete do Dr. Marcial Ermitão, essa comissão era formada por Ribeiro Alegre, Dr. Ovídio Cordeiro, Dr. Marcial Ermitão, Engenheiro Vitor Rodrigues Patrício, agente técnico de engenharia Ernesto Ruy d’Espiney, guarda-livros Manuel José Marques e solicitador Dinis Anacleto Fernandes²¹. Muito

activa durante toda a campanha eleitoral, essa comissão realizou várias sessões de propaganda na cidade da Beira e noutras localidades do distrito, entre as quais Vila Pery, Dondo, Gondola, Manga e Inhaminga. Foram particularmente concorridas as sessões efectuadas no Teatro São Jorge, na Beira, nos dias 23 e 30 de Maio de 1958. Nesta última sessão estiveram presentes várias figuras gradas do distrito, em especial o Dr. Marcial Ermitão, Engenheiro Madeira da Silva, Dr. Andrade e Silva, Dr. Ferreira de Almeida, Dr. Carneiro Allen, Arquitecto Sampaio, Francisco Barreto, Ireneu Fernandes e Senhorinha D’Espiney. Foram oradores o Dr. Manuel Coutinho, Anacleto Fernandes e Dr. Santa Rita, este último vindo expressamente para o efeito da capital da colónia²². Uma última sessão, feita nas vésperas do acto eleitoral, focou assuntos relacionados com a economia moçambicana, em particular a questão do algodão, que constituía uma das principais produções do território. E, durante a reunião, foram dirigidas palavras aos “conterrâneos indo-portugueses”, sinal de que a comissão oposicionista procurava mobilizar politicamente não só a população branca, mas também a minoria de origem indiana²³.

Com um pequeno atraso em relação à Beira, a oposição organizou-se na capital moçambicana numa “Comissão de Apoio

21. *Notícias*, n.º 10.274, 17 de Maio de 1958, p. 16.

22. *Notícias*, n.º 10.288, 31 de Maio de 1958, p. 14.

23. *Notícias*, n.º 10.293, 5 de Junho de 1958, p. 1.

ao General Humberto Delgado em Lourenço Marques”. Esta comissão era constituída pelo Dr. Alexandre Sobral de Campos, advogado e escritor, Manuel Alves Cardiga, comerciante, industrial e proprietário, Dr. Neves Anacleto, advogado, Américo Galamba, comerciante, Dr. Henrique Soares de Melo, advogado, Dr. José Santa Rita, advogado, António Simões Figueiredo, bancário, Dr. António de Almeida Santos, advogado²⁴. A comissão laurentina operou fundamentalmente ao nível do distrito de Lourenço Marques, tendo levado a cabo várias sessões de propaganda no Teatro Manuel Rodrigues. Teve especial significado político a sessão realizada no dia 26 de Maio de 1958. Uma multidão encheu a sala, adornada com bandeiras nacionais e o busto da República, naquilo que foi classificado pela imprensa de “espectáculo extraordinário”. Gente de todas as classes sociais e de diferentes gerações, sobretudo brancos e (alguns) mestiços, aplaudiram de pé os membros da comissão oposicionista, gerando um “ambiente vibrante”. A sessão foi aberta por Sobral de Campos, sendo oradores Soares de Melo, Manuel Alves Cardiga, Neves Anacleto, António Simões de Figueiredo e Santa Rita. A sessão foi encerrada por Almeida Santos, “a quem a multidão de pé, e num verdadeiro delírio, dispensou uma extraordinária ovação, bem demonstrativa da enorme simpatia que aquele bem conhecido e jovem advogado goza entre a população cidadina”²⁵.

24. *Notícias*, n.º 10.275, 18 de Maio de 1958, p. 22.

25. *Notícias*, n.º 10.284, 27 de Maio de 1958, pp. 1 e 11.

Natural da metrópole, Almeida Santos foi efectivamente um dos oposicionistas que mais se evidenciou durante a campanha eleitoral. Todos os oradores criticaram severamente o regime salazarista, mas as intervenções de Alves Cardiga e Simões de Figueiredo foram particularmente incisivas quanto à realidade moçambicana. Vejamos.

Alves Cardiga, velho colono, procedeu à análise da “posição da Metrópole perante o Ultramar”, tendo salientado as deficiências da administração colonial em Moçambique e a subordinação das aspirações e dos direitos da população moçambicana aos interesses económicos da burguesia metropolitana. Depois apresentou um conjunto de reivindicações, de índole política, económica e social, nomeadamente o:

“Estabelecimento de mais ampla autonomia administrativa e financeira para o Governo da Província, libertando-a das constantes interferências do Ministério do Ultramar em assuntos que só à Província interessam e ela pode e deve resolver com urgência”.

Alves Cardiga reivindicou também “o direito de eleger por sufrágio directo os representantes do Conselho do Governo, Câmara Municipal e representantes à Assembleia Nacional” e exigiu que os orçamentos gerais da colónia fossem elaborados, discutidos e aprovados em Moçambique. Reclamou ainda uma diminuição da carga fiscal que gravava sobre a população e que fosse assegurado aos naturais da colónia “a ocupação dos lugares públicos e outros,

cessando a prática da Mãe-Pátria se sobrepor no seu preenchimento, enviando-nos os seus excessos populacionais acompanhados dos seus dilectos protegidos e afilhados”. Além disso, exigiu do governo a garantia de que nenhuma parte do território moçambicano, administração ou caminhos-de-ferro voltasse a ser concedida a qualquer companhia ou sociedade privada, respeitando-se a vontade da população “que lutou pelo resgate do que outrora foi estrangeiro e foi entregue nas mãos do Estado Português”. E, ao terminar o seu discurso, frisou:

“...desejo esclarecer que, sendo bem contrário a doutrinas separatistas ou movimento de independência, não deixarei de verberar neste momento propício que constitui falta grave o alheamento a que a Mãe-Pátria nos tem votado. Em vez de ânimo e carinho, tem-se ocupado antes na forma de nos impor à força e por amedrontamento um sistema odioso, causador de dor e sofrimento, de lágrimas e perseguições”.

Alves Cardiga exprimia assim o seu desencanto perante a administração portuguesa da colónia e, embora não se colocasse numa posição de ruptura com a metrópole, a sua referência a “doutrinas separatistas ou movimento de independência” constituía um sinal de que algumas fracções da população branca não descartariam a hipótese da secessão como solução para os problemas de Moçambique. Mas, pelo menos por enquanto, para Alves Cardiga essa solução passava pela concessão de uma “ampla autonomia administrativa e financeira”²⁶.

26. *Notícias*, n.º 10.284, 27 de Maio de 1958, p. 11.

Por sua vez, António Simões de Figueiredo sublinhou as dificuldades ao progresso da colonização demográfica do território moçambicano, devido à má administração dos recursos e ao atraso técnico da política de colonização, sobretudo quando comparado com os países vizinhos (União Sul-Africana e Federação da África Central), bem como a aposta limitada na “agricultura europeia”. Depois frisou a “indigência social” da maioria da população indígena, bem patente numa taxa de analfabetismo superior a 98%. Este último ponto é de extrema relevância, porque as condições de vida dos indígenas raramente eram objecto de discussão pública por parte da oposição. E, embora de forma muito menos enérgica do que Sofia Pomba Guerra em 1949, Simões de Figueiredo denunciou em poucas palavras a situação de subalternidade e de pobreza da população indígena de Moçambique²⁷.

A campanha eleitoral da oposição continuou com outras sessões e iniciativas de propaganda política, inclusivamente em Nampula, onde se constituiu uma “Comissão Distrital do Distrito de Moçambique” de apoio à candidatura de Humberto Delgado. Essa comissão era constituída pelo Dr. Pedro Cortesão Casimiro, médico, Willem Pott, advogado, Júlio Simões Subtil, proprietário, Tomás Pereira, industrial, Manuel Rocha, Francisco Marinho Silva e António Gil Clemente, comerciantes²⁸.

27. *Notícias*, n.º 10.284, 27 de Maio de 1958, p. 11.

28. *Notícias*, n.º 10.287, 30 de Maio de 1958, p. 14.

112 A 2 de Junho de 1958, “uma multidão vibrante de entusiasmo aclamou o General Humberto Delgado” noutra sessão oposicionista realizada no Teatro Manuel Rodrigues, em Lourenço Marques. A sessão foi tão concorrida que centenas de pessoas não puderam entrar na sala, tendo permanecido no átrio e em frente ao teatro. Foram oradores o Dr. Paulo Heitor de Oliveira, Dona Maria da Luz Costa, Noronha Marques e Dr. Almeida Santos. Entre os assuntos abordados, discutiu-se a necessidade de uma “reforma administrativa ultramarina”²⁹. Dias depois, milhares de pessoas afluíram à Quinta das Rosas, na Matola, para participar na última sessão de propaganda da candidatura de Humberto Delgado. Foram então oradores Manuel Alves Cardiga, Dr. Daniel Sousa, Dr. Adrião Rodrigues, Dr. Sérgio Espadas, Atílio Martins e Rómulo Silva. Foi uma clara demonstração de força da oposição, com forte impacto na imprensa³⁰.

A resposta da União Nacional à campanha oposicionista foi relativamente fraca. Muito embora tivesse realizado algumas sessões de propaganda eleitoral, a União Nacional não logrou mobilizar o eleitorado. Para tal contribuiu certamente o “cansaço” da população relativamente ao regime. A imprensa reflectia aliás esse mesmo “cansaço”, expresso em múltiplas queixas contra a administração colonial. De facto, a imprensa fez-se porta-voz das queixas dos colonos relativamente às políticas

autoritárias impostas pelo regime salazarista em Moçambique, entre as quais a existência de “europeus de 2.ª classe”, por oposição aos metropolitanos, referidos como “portugueses de 1.ª classe”, sendo disso exemplo a discriminação laboral de que eram vítimas os brancos naturais da colónia no acesso à função pública³¹.

Tal como previsto, o sufrágio decorreu no dia 8 de Junho de 1958. A nível nacional, Américo Tomaz venceu com 52% dos votos, contra apenas 17% para Humberto Delgado, mas a oposição denunciou a existência de fraude eleitoral por parte do regime. Em Moçambique, Humberto Delgado venceu em vinte uma das secções eleitorais, nomeadamente na Matola, em Vila João Belo, Malvéria, Xinavane, Inhambane, em todas as secções da Beira, Vila Pery, Gondola, Dondo, Vila de Sena, Inhaminga, Tete, Quelimane, Nampula, cidade de Moçambique, Mossuril, Ribaué e Iapala. No total, obteve 6.119 votos, ou seja 34,2% dos sufrágios. Ao invés, Américo Tomaz ganhou em oitenta e oito secções eleitorais, entre as quais Lourenço Marques, tendo obtido 11.755 votos, ou seja 65,8%. No total foram contabilizados 17.874 votos válidos. No entanto, o Cônsul Geral Britânico em Lourenço Marques teve informações seguras, por parte do seu congénere sul-africano, de que os resultados na capital moçambicana

29. *Notícias*, n.º 10.291, 3 de Junho de 1958, p. 1.

30. *Notícias*, n.º 10.293, 5 de Junho de 1958, p. 1.

31. *Notícias*, n.º 10.292, 4 de Junho de 1958, p. 9.

teriam sido falsificados³². Portanto, as eleições teriam sido fraudulentas e, muito provavelmente, Humberto Delgado não só terá vencido em Lourenço Marques, como no conjunto da colónia. Facto que de resto não constituiria uma surpresa, tendo em conta quer o descontentamento da população relativamente à governação salazarista, quer a capacidade de mobilização política demonstrada pela oposição durante a campanha eleitoral.

Por outro lado, apesar da vitória oficial de Américo Tomaz, o triunfo de Humberto Delgado no distrito de Manica e Sofala e, muito especialmente na sua capital, a Beira, a segunda cidade moçambicana, constituiu uma humilhação para o regime. Com efeito, Humberto Delgado obteve 59% dos sufrágios em Manica e Sofala. Isto significa que, na Beira, a oposição era suficientemente forte para inibir o regime de cometer fraude eleitoral. Assim, a vitória da oposição na Beira constituiu um sinal claro do descontentamento dos colonos em relação à ditadura salazarista, demonstrando o fraco consenso político do regime entre a população branca. E, contrariamente, ao que aconteceu em 1949, o regime não procedeu à prisão dos dirigentes oposicionistas. Doravante, passou a existir um grupo político de oposição organizado, ainda que não reconhecido

legalmente, e que actuou com a designação de Democratas de Moçambique até 1974.

Claramente, a imprensa teve um papel fundamental na mobilização do eleitorado oposicionista. De resto, a actuação do jornal *Notícias*, nomeadamente a entusiástica cobertura jornalística que fez da campanha eleitoral de Humberto Delgado, demonstra que a imprensa colonial esteve longe de ser controlada de forma eficaz pelo Estado Novo, pelo menos no caso de Moçambique. Pelo contrário, a imprensa constituiu-se no porta-voz dos interesses e das aspirações da oposição democrática, procedendo à mobilização da opinião pública da colónia contra o regime salazarista. Esse posicionamento contrário à ditadura era mais visível nos períodos eleitorais, ou seja nos momentos em que ocorria um relaxamento do aparelho censório, mas subsistia latente mesmo para além das eleições. Por tudo isto, podemos dizer que o controlo exercido pelo regime sobre a imprensa moçambicana não só não era eficiente, como era tímida, pois o principal periódico da colónia nunca se deixou “domesticar” pela censura de Salazar.

32. PRO, FO 371/131635, *Internal Political Situation in Portuguese Africa, 1958*.